

POLÍTICA EDUCACIONAL NO CHÃO DA ESCOLA: O REFLEXO DE PROGRAMAS EXTERNOS EM QUATRO ESCOLAS CEARENSES

3. Gestão escolar , práticas educativas e currículo da educação básica

Larissa Martins Dantas

Graduanda de Pedagogia – 9º semestre. Bolsista CNPq/UECE

dantas.larissa@hotmail.com

Orientadora: Profª Dra. Sofia Lerche Vieira

sofialerche@gmail.com

Introdução

Este trabalho procura compreender a política educacional e a forma pela qual esta chega até a escola. Para tanto, trazemos reflexões sobre as políticas de avaliação ao analisarmos dois programas: Spaece na esfera estadual e Prova Brasil de âmbito nacional. A amostra compreende os municípios de Acarape e Redenção, onde foram escolhidas duas escolas em cada um a partir de seus resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), aquelas com resultados mais e menos elevados. Pretendemos compreender de que forma a escola recebe e interpreta as iniciativas federais e estaduais através da fala dos entrevistados. O trabalho contou com recursos financeiros por meio de bolsa de iniciação científica PIBIC/CNPq no período de agosto de 2011 a julho de 2012, fato que fundamentou a referida pesquisa de campo.

Procedimentos metodológicos

Por este ser um estudo advindo de um projeto maior, compartilhamos da mesma base metodológica, um modelo misto de pesquisa (*mixed model research*) que possibilita unir procedimentos quantitativos e qualitativos ao longo do processo. A seleção desta amostra foi feita com base em dados do Ideb com o intuito de visitar quatro unidades escolares, sendo duas em cada município, aquela que apresentou o melhor índice e a outra a que registrou o mais baixo resultado.

A análise qualitativa está ligada ao trabalho de campo realizado junto às redes municipais, que para Minayo (2007) permite

a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual se formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os ‘atores’ que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social. (MINAYO, 2007: 61)

No caso deste estudo, os atores selecionados são os dirigentes municipais de educação, diretores e coordenadores escolares, o qual responderam a entrevistas semiestruturadas.

Recorre-se também à pesquisa bibliográfica, recurso metodológico no qual podemos resgatar conhecimento científico acumulado sobre um problema. A revisão de literatura tem como objetivo fundamentar teoricamente o tema adotado, ou problema escolhido. De acordo com, Matos e Vieira, “a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de um levantamento de material com dados já analisados, e publicados por meios

escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, página de Web sites, sobre o tema que desejamos conhecer”. (MATOS e VIEIRA, 2002, p.40)

Como a política educacional chega (ou pode chegar) à escola

Ao nos inserirmos em políticas que tratam do campo educacional, adentramos em uma seara vasta de significados, ações e resultados. Com o propósito de conhecer os meandros que compõem a política educacional, faremos a seguir uma breve explanação sobre sua definição.

O termo política educacional sugere diferentes significados: o que diz respeito à ciência política e o que de fato são as ações voltadas à educação. As políticas que tratam das ações governamentais constituem-se como políticas públicas, nas quais estão inseridas inúmeras políticas, como as de saúde, de educação, entre outras. Como se referem ao âmbito social, essas ações assumem a forma de políticas sociais.

A política educacional configura-se na esfera das políticas públicas e sociais, como uma forma de intervenção do poder público no âmbito do sistema educacional e da escola. Para maiores esclarecimentos, citamos uma passagem que elucida a ideia de política educacional:

A Política Educacional (assim, em maiúsculas) é uma, é a Ciência Política em sua aplicação ao caso concreto da educação, porém as políticas educacionais (agora no plural e em minúsculas) são múltiplas, diversas e alternativas. A Política Educacional é, portanto, a reflexão teórica sobre as políticas educacionais. (PEDRO & PUIG, 1998 *apud* VIEIRA, 2008)

Pode-se inferir que as políticas educacionais, com minúsculas, são políticas públicas que se destinam a responder problemas educacionais. Nos sistemas educativos, o poder público em suas diferentes instâncias governamentais deve promover o melhor caminho a ser traçado pela educação e seus educadores. Para isso, contam com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), que detalha a CF 88, estipulando objetivos e responsabilidades de cada um.

Estudos de Vieira (2002; 2003; 2008) elucidam a maneira pela qual a política educacional surge como foco das políticas públicas brasileiras. Em meados dos anos 1980, consoante uma tendência desenvolvida em encontros mundiais, onde os países participantes e as instituições envolvidas buscavam compreender os mecanismos de promoção da qualidade e igualdade em educação como fator contribuinte do desenvolvimento econômico de cada um. O próprio conceito de qualidade, ambíguo e multifacetado, gerou uma série de novos encontros, mas a principal lição tirada destes foi

um consenso em torno da ideia de que a educação é o instrumento de política pública mais adequado para resolver os problemas cruciais da sobrevivência e do desenvolvimento das sociedades como são o crescimento econômico e a integração social. (CASASSUS, 2002: 42)

Nos documentos da política educacional brasileira, a escola surge aos poucos como instrumento de atuação efetiva das ações promovidas. Vieira inserido no estudo de Ferreira; Aguiar (2009) destaca que desde o governo de Fernando Collor de Mello a escola passou a ser *descoberta* pela política brasileira. Mas somente no governo de Fernando Henrique Cardoso, passamos a enxergar a escola de forma mais concreta com a promulgação da LDB.

O estudo de Vieira inserido no livro de Ferreira; Aguiar (2009) ressalta que o foco na escola esboçado ao início da década revela toda sua potencialidade no anúncio das prioridades do governo iniciado em 1995. Já em seu discurso de posse, o novo presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) acena para onde se dirigirá o olhar da política educacional de seu governo, ao afirmar que *é na escola que estão os problemas e é na escola que está a solução* (Planejamento político-estratégico 1995/1998:4 *apud* FERREIRA;AGUIAR: 138). O discurso enfático conclama pais, professores, dirigentes e toda a sociedade civil a lutar em prol do desenvolvimento estudantil, do amadurecimento intelectual dos jovens e a difusão de ideias e ideais, para assim florescer a educação sonhada.

A política educacional voltada à avaliação: novos significados

O tema avaliação escolar no âmbito das políticas educacionais permeia o cenário brasileiro desde meados do século passado, sendo palco de debates sobre tal prática no interior da escola, bem como sua efetiva transformação e melhoria.

De acordo com Gatti (2009), a trajetória das avaliações de desempenho de redes de ensino inicia-se nos anos 1960, quando o país sentiu a preocupação com os processos avaliativos escolares. A partir de então, profissionais ligados à área buscaram formação específica, o que resultou em experiências pontuais de avaliação. No início da década de 90, houve efetivamente uma articulação entre o Ministério da Educação e as Secretarias Estaduais de Educação para a implantação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), aplicado a cada dois anos em séries de ensino fundamental e médio.

O caminho traçado pelas avaliações nacionais compreende também os mecanismos de divulgação dos resultados, ou seja, como a escola, o município ou estado recebem os dados coletados em seu interior. Tais resultados contribuem de forma incisiva para um movimento de superação de dificuldades, ao apresentar as condições de ensino em cada escola brasileira, podendo detectar seus problemas e planejar soluções. Os dados coletados são úteis para a construção de um panorama educacional a nível nacional, constituindo-se base para a formulação de políticas públicas. De acordo com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a avaliação externa é

Um dos principais instrumentos para a elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino e redirecionamento das metas das unidades escolares. Seu foco é o desempenho da escola e o seu resultado é uma medida de proficiência que possibilita aos gestores a implementação de políticas públicas e, às unidades escolares, um retrato de seu desempenho. (Revista Pense, 2012)

Na busca por melhores resultados todos estão engajados. A escola e sua equipe gestora passam a trabalhar os dados com o propósito de potencializar seus esforços no contínuo crescimento e desenvolvimento dos alunos e da escola em geral. A divulgação dos resultados estimula a transparência e verdadeira identidade da escola. Mas também pode gerar uma “política de responsabilização” dos atores envolvidos, isto é, o trabalho direcionado de suas ações para a conquista de resultados positivos com base no sentimento de responsabilidade.

Esse tipo de atitude diante os resultados de avaliações externas configura-se como uma das novas formas de atuação do governo no interior da escola. A resposta que seus membros enviam podem ser analisadas sob o ponto de vista do conceito de *accountability* ou responsabilização segundo Afonso (2009).

Para o autor, *accountability* sugere uma gama de significados, remetendo as palavras *políticas, sistemas, modelos, dimensões, agências, práticas e actores*. Em seu estudo, Afonso baseando-se em Schedler (1999) esclarece que o termo *accountability* abrange

(...) três dimensões estruturantes: uma de *informação*, outra de *justificação* e uma outra de *imposição* ou sanção. Num entendimento mais imediato, a prestação de contas pode ser o pilar que sustenta ou condensa as duas primeiras: o direito de pedir informações e de exigir justificações — sendo que, para a concretização de ambas, é socialmente esperado que haja a obrigação ou o dever (regulamentados legalmente ou não) de atender ao que é solicitado. Informar e justificar constituem assim duas dimensões da prestação de contas, a qual pode, assim, ser definida, em sentido restrito, como obrigação ou dever de responder a indagações ou solicitações (*answerability*). (AFONSO, 2009. p. 59)

O termo *accountability* significa ainda *fixar la responsabilidad por las propias acciones y los resultados de dichas acciones* (MANNO et al., 2006 apud FREITAS, 2011). Dessa forma, as ações proferidas são pensadas e repensadas seguindo um padrão de eficiência com vistas ao êxito cotidiano e em futuras avaliações. Em estudo sobre o tema, Freitas (2011) acrescenta que

A política de responsabilização vem trazendo, de fato, muitos benefícios e tem mostrado um novo caminho para a superação do desafio de promover uma educação de qualidade no Brasil, mas ela não pode ser vista como milagre. A responsabilização por si só não é uma solução mágica, entretanto se bem utilizada pode trazer ganhos significativos no âmbito educacional. (FREITAS, 2011. p. 27)

A política de *accountability* é na atualidade tema de diversos estudos e presente em pesquisas como a de Vidal e Vieira (2011). Em um estudo sobre a gestão educacional presente em dez municípios cearenses tendo como fio condutor os resultados no Ideb, as autoras analisam a política de responsabilização encontrada em sua amostra. Os instrumentos de avaliação como o SAEB e a Prova Brasil *permitiram a construção de uma valiosa base de dados para a elaboração de diagnósticos precisos e detalhados sobre problemas relativos ao desempenho de estudantes brasileiros e sobre a política educacional em geral*, o que aos poucos caminhou para a aquisição do caráter de responsabilização diante dos resultados. As autoras também salientam que

A responsabilização está intimamente associada à prestação de contas, uma vez que ser responsável por um processo ou um resultado implica – sobretudo no setor público em uma sociedade democrática – em ter que prestar contas dos resultados e do uso dos recursos aplicados. (VIDAL; VIEIRA, 2011)

Ainda no quesito responsabilização, o estudo abrange os eixos para uma política de *accountability*, trazendo elementos importantes para sua implantação e melhor entendimento da prática:

Para se implantar um sistema de *accountability* educacional são necessários, pelo menos, quatro elementos: informações, padrões, autoridade e consequências, sendo a última o elemento mais importante e complexo do sistema, uma vez que o objetivo principal é melhorar a educação e não impor castigos. A política educacional brasileira mostra que se avançou muito nos últimos anos no que diz respeito a esses quatro elementos e que vem se implantando, de forma gradativa e sutil, um sistema de *accountability*. (VIDAL; VIEIRA, 2011)

Como as autoras apontam, as *consequências* citadas acima podem ser bem exemplificadas através dos resultados nas avaliações externas, que servem como parâmetros para obtenção de programas e recebimento de prêmios. Diante deste quadro passamos a analisar dois programas presentes atualmente nas escolas cearenses e que evidenciam esse novo caráter da política educacional observada no chão da escola. Como se trata de programas que se sustentam na perspectiva da avaliação externa, chamamos de indicadores de resultados, que passamos a abordar.

Indicadores de resultados

A Prova Brasil e o Spaece são projetos germinados na iniciativa pública de monitoramento de qualidade de seus sistemas escolares. Suas origens remontam ao início dos anos 1990, vindo a tomar corpo na metade da década e aperfeiçoando-se a cada edição. As duas iniciativas caracterizam-se por serem avaliações sistêmicas, ou seja, processos avaliativos feitos em larga escala visando subsidiar políticas públicas na área educacional, ao alocar recursos e iniciativas onde se encontram os problemas detectados. Cada um a sua maneira, e delimitado por sua esfera política, possuem graus de importância inegáveis, tendo em vista a projeção que tais resultados ocasionam para a escola, município e estado.

Prova Brasil

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, e todo o processo de redemocratização dos anos 1980, os debates no campo educacional se estenderam e a avaliação do ensino brasileiro entrou na pauta das discussões. Após algumas décadas com escassos trabalhos na área, a avaliação em nível de sistema e dados reais sobre o rendimento do alunado brasileiro começa a tomar forma. A consolidação dos processos avaliativos obteve avanços significativos a partir de meados dos anos 1990 com a implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

O SAEB compreendia escolas públicas e privadas, gerando resultados agregados por estado, regiões e nacionalmente. Porém, o modelo pelo qual os resultados eram apresentados não supria determinadas necessidades. De acordo com Vieira (2008),

Face à diversidade e singularidade dos diferentes sistemas educacionais existentes no país, a forma como o SAEB vinha sendo realizado até 2003 não atendia às demandas de informações, principalmente dos municípios e escolas que não se reconheciam nos resultados. (VIEIRA, 2008, p. 115)

Para solucionar a questão, em 2005 o SAEB foi ampliado através da Portaria Ministerial N.º 931, constituindo-se *em um sistema composto por duas avaliações, a Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional do Rendimento no Ensino Escolar (ANRESC)* (Idem). Desta maneira, o SAEB, cujo nome permaneceu por conta de sua tradição, passou a atender as demandas de informações com indicadores específicos.

Os dois sistemas atuam em conjunto, pois enquanto a ANEB mantém os objetivos do SAEB, na continuidade da série histórica dos dados de proficiência dos alunos de redes públicas e privadas, a ANRESC, foi criada no intuito de tornar a avaliação mais detalhada, em complemento à avaliação já feita pelo SAEB. Conhecida como Prova Brasil, esta avaliação expandiu o alcance dos resultados, pois passou a

oferecer dados detalhados, individualizando cada escola, respeitando sua localidade e sendo possível comparações dentro da mesma rede das secretarias de educação (municipais e estaduais).

A Prova Brasil constitui-se como uma avaliação de diagnóstico desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Seu objetivo é avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro por meio de testes padronizados aliados a questionários socioeconômicos.

São avaliados estudantes no final das etapas de ensino (4ª e 8ª série do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio), focalizando a capacidade leitora e de resolução de problemas matemáticos. Professores e diretores das turmas avaliadas também respondem, acrescentando informações sobre dados demográficos, perfil profissional e condições de trabalho. Segundo o Ministério da Educação,

A partir das informações do Saeb e da Prova Brasil, o MEC e as secretarias estaduais e municipais de Educação podem definir ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes, promovendo, por exemplo, a correção de distorções e debilidades identificadas e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias. (Site Ministério da Educação)

Em 2006, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) pelo Inep como uma iniciativa de identificar o perfil das escolas. Os dados relacionados ao fluxo escolar (aprovação, evasão e abandono) e as médias de desempenho em avaliações nacionais (Prova Brasil) são fundidos em um índice que varia de 0 a 10. A ideia é unir dois fatores importantes para medição da qualidade educacional brasileira, possibilitando a equiparação entre estados, municípios e até entre escolas. Enquanto um mensura a frequência e assiduidade do aluno, o outro tenta desvendar se o mesmo está aprendendo durante o tempo que permanece na escola.

Com metas estabelecidas até 2021, o Ideb concilia resultados da Prova Brasil, obtido pelos estudantes no final das etapas de ensino, ou seja, 4º e 8º anos do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa e Matemática, juntamente com informações sobre rendimento escolar. O Ideb como indicador educacional oferece elementos de controle sobre a relação ensino-aprendizagem no país. É importante, servindo como diagnóstico e um norte para ações políticas com foco na melhoria do sistema educacional, detectando as escolas com alunos que apresentam baixo rendimento, bem como monitorando o desempenho dos alunos nessas escolas.

A Prova Brasil baseia-se em matrizes de referência, construídas a partir da indicação de quais competências e habilidades devem ser avaliadas. A metodologia de análise utilizada é a Teoria de Resposta ao Item (TRI), por possibilitar a análise por item e não pela prova como um todo. A Prova Brasil também gera um índice de proficiência entre 0 e 500, onde os conhecimentos se dão em escala crescente, isto é, as habilidades do 4º ano do Ensino Fundamental devem ser inferiores às do 8º ano e por conseguinte também inferiores às do 3º ano do Ensino Médio. Dessa forma, podemos estabelecer

uma visão do avanço obtido pelo alunado durante a Educação Básica e os conteúdos apreendidos.

Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE)

O Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará (SPECE) é uma iniciativa pioneira de avaliação em larga escala a nível regional. Iniciado em 1992 após as primeiras experiências nacionais, o SPAECE ao longo dos anos passou a contribuir para a verificação do nível de aprendizagem dos alunos participantes, objetivando avaliar, de modo permanente e contínuo, o sistema de ensino cearense.

Tal qual o Saeb, aos poucos foi ampliando sua abrangência e formas de atuação, *um passo decisivo nesta direção foi sua universalização para as escolas da rede pública, permitindo já em 2004 a divulgação de resultados para municípios e escolas* (VIEIRA, 2012). Atualmente se divide em três vertentes: avaliação da alfabetização – SPAECE-Alfa (2º ano); avaliação do ensino fundamental (5º e 9º anos) e avaliação do ensino médio (1ª, 2ª e 3ª séries). (CEARÁ, 2009, p. 15)

Seguindo os moldes da Prova Brasil, a diferença substancial entre aquela e o Spaece é sua ocorrência. A Prova Brasil acontece de dois em dois anos e o Spaece é aplicado nos anos em que não há a aplicação nacional. Este fato por si só indica duas constatações: a primeira é que todos os anos as escolas cearenses passam por avaliações externas, ou seja, exames advindos por parte do governo ora estadual, ora federal. Outro ponto a ser levantado é a iniciativa cearense que ao aplicar sua avaliação, também incentiva a preparação para as avaliações subseqüentes, uma vez que as matrizes de referência são semelhantes.

Não podemos deixar de mencionar a importância que avaliações externas possuem no âmbito escolar. De um lado despertam o interesse e motivam a comunidade escolar para o sucesso nos resultados, por outro pode-se inferir o redirecionamento das atividades para o uso exclusivo da preparação dos exames, já que ambas avaliações enfatizam as práticas de leitura e a resolução de problemas matemáticos. Por tratar-se de vasto assunto, não compete aqui seu pleno desenvolvimento.

Como iniciativa de ação política, o SPAECE possui um diferencial ao adicionar ao seu projeto de avaliação um dispositivo legal que prevê recursos para premiações de alunos e escolas que obtiverem destaque nos resultados. No Estado

[...] realizar uma avaliação com tal esfera de abrangência representou conquista muito importante [...] Vale ressaltar que em nenhum momento anterior da política educacional teve-se a possibilidade de obter um retrato tão fiel do desempenho de estudantes, nas áreas de conteúdo e séries avaliadas. (VIEIRA, 2007)

Na gestão do governo Cid Gomes esta iniciativa se refletiu como uma maneira que o governo encontrou de incentivar a participação dos envolvidos e demonstrar a importância deste modelo avaliativo na constituição de sua agenda. Movendo municípios, cidades, escolas e professores, em torno dos alunos e da qualidade educacional oferecida.

Ainda segundo Vieira (2012) *outro mecanismo importante foi a aprovação de instrumento legal que vincula a transferência dos recursos do FPE [Fundo de Participação dos Estados] aos municípios ao desempenho em educação, iniciativa apreciada já no governo de Cid Gomes.*

O fato é que a avaliação vista anteriormente com reservas por parte de muitas escolas, tem tornado possível a promoção de melhoria nas instituições e no ensino e aprendizagem das crianças. Como observa Gatti,

[...] a preocupação com os resultados dos processos de ensino está presente atualmente nas administrações públicas da educação e nas escolas, dando margem a iniciativas como aperfeiçoamento dos currículos escolares, formação continuada de professores, revisão da formação básica de docentes, produção de materiais didáticos novos em vários tipos de suporte (impressos, virtuais, DVDs, etc.). O impacto dessas avaliações começa a ser sentido na educação básica esperando se que as avaliações sejam vistas como estímulos à mudança em processos educacionais, e, não como punição. (GATTI, 2009)

Com o surgimento de novas propostas e políticas no campo educacional, esse tipo de avaliação surge de forma a assegurar a qualidade, proporcionando estudos sobre boas iniciativas que ocorrem das escolas para os municípios e vice-versa, podendo vir a gerar um conjunto de subsídios importantes com potencial de desencadear bons resultados e multiplicar ações de êxito.

Resultados e discussões

A partir das respostas dos entrevistados, buscamos desvendar de que maneira a política revela-se no interior das escolas e de que forma é vista, seja por ela mesma, ou através dos programas citados durante a entrevista. O SPAECE e a Prova Brasil por apresentarem em seu rol de objetivos a superação de dificuldades, e a destinação de recursos financeiros, são logo identificados e enaltecidos, gerando inclusive informações confusas entre os dois.

No município de Redenção é visível a consonância entre secretaria de educação e a escola de alto Ideb. Ao ser questionada sobre as políticas e programas externos, de âmbito federal e estadual, a secretária descreve a chegada e importância destes para a educação municipal:

O SPAECE chega aqui, tanto a Prova Brasil, como ele são muito bons para a melhoria da nossa prática pedagógica e da nossa educação. Nós também trabalhamos o Spaece em sala de aula, os dois são trabalhados, um é o Ideb e outro o financeiro e vemos o lado pedagógico também. (Secretária de Redenção)

Podemos acrescentar a esta constatação, a resposta da diretora da escola de alto Ideb, que quando perguntada sobre as mudanças na política educacional e o modo de gerir a escola, avalia a diferença: *Mudou sim, porque não somos mais cobrados só pelo município. É no geral, antes era mais solto.* (Diretora da Escola 3 – Alto Ideb).

Outro ponto levantado pela coordenadora pedagógica se refere à política avaliativa referente ao Ideb e o modo pelo qual esta avaliação é tratada:

Eu gosto particularmente do Ideb, porque a gente se preocupa mais, já que ele vai medir o conhecimento do aluno, a gente se preocupa mais, vê um compromisso maior do município, tem mais preparação na escola. A preocupação é maior porque é um retrato da gente, da escola, fez a gente acordar. (Coordenadora da Escola 3 – Alto Ideb)

A diretora também enaltece o caráter de responsabilidade pelos futuros resultados através da seguinte fala:

a responsabilidade aumenta e a gente passa a ter uma preocupação maior, e assim não que a gente não tenha trabalhado antes, mas agora trabalha com mais intensidade, com mais responsabilidade ainda diante do que aconteceu, devido as melhoras que estão surgindo na educação e a gente procura acompanhar e com certeza procura fazer o melhor. (Diretora da Escola 3 – Alto Ideb)

Ainda sobre as mudanças advindas das políticas voltadas à avaliação e o que estas acarretaram para a educação dentro de sua vivência e na prática do dia a dia, a diretora salienta

Quando a gente ta com muito tempo a gente tem uma visão bem ampla, uma visão da mudança, a gente antes não tinha essa expectativa, essa preocupação da aprendizagem dos alunos na escola, e hoje a gente tem mais de perto com acompanhamento pedagógico, com reforço escolar, pra gente poder ter o resultado esperado, que é o que conta, os resultados tanto pro município como pra nossa escola. E é uma sequencia, vem o PAIC, o SPAECE, a Prova Brasil, pra ver como ta realmente a educação no município, ver o todo e se inteirar mais da nossa situação, porque só vendo é uma coisa, mas vendo o diagnóstico, o resultado, ai é outra coisa, já repensa né? (Diretora da Escola 3 – Alto Ideb)

A chegada do Spaece e do Ideb caracterizam-se para o município como uma forma de maior controle e auxílio no sistema educacional do município. Na mesma proporção que enviam o pacote de trabalhos, avaliações e estudos, além do fator financeiro envolvido, explicitamente os municípios são cobrados a mostrarem os frutos colhidos deste esforço. Esta é uma via de mão dupla, pois de um lado, a União e o Estado enviam os recursos para a viabilização dos resultados, reenviados pela escola e pelo município. Na teoria, os entes federados unidos trabalham a favor da efetiva melhoria da qualidade educacional, embora saibamos da complexidade envolvida nesta troca.

Na escola de baixo Ideb de Redenção não foi observada relevância no trato das políticas educacionais, uma vez questionada, a diretora apenas concordou vagamente com a mudança das políticas na atualidade. No entanto, a partir das indagações acerca dos programas governamentais, a entrevistada passa a se sentir mais a vontade, respondendo sobre a importância da Prova Brasil e do Ideb, revelando inclusive, a mudança provocada por estes na rotina escolar:

Inclusive nesse período, os professores de Português e Matemática estão trabalhando exclusivamente os descritores que vão ser aplicados nessas provas externas. (Diretora da escola 4 – Baixo Ideb)

As respostas acima podem ser analisadas sob a ótica da política educacional enquanto responsabilização ou *accountability* (Afonso, 2009). No caso cearense, a escola se sente na obrigação de responder a uma solicitação ou demanda enviada – o investimento público ou o dever social – pelos órgãos superiores. Na escala de repasses, a atividade fim da educação deve emanar seu produto, e o trabalho de responsabilização do ocorrido fica a cargo das escolas e secretarias de educação.

A consonância observada entre secretaria e escola de Ato Ideb de Redenção se repete em Acarape, uma vez que nos dois locais foi observado o caráter positivo atribuído ao Ideb e as iniciativas tratadas neste estudo. Nota-se também o mesmo modo de conceber a ideia do Ideb no sentido da responsabilização ou *accountability*, como podemos observar abaixo nas falas da gestora:

O Ideb na verdade é muito interessante, a sociedade está preocupada, o Ministério da Educação está preocupado. ... Ele é bom, ele que é pra gente ver como está trabalhando, ver o que vai fazer, estar com o pé no chão, porque a realidade é essa. (Diretora da Escola 1 – Alto Ideb)

A escola de baixo Ideb apresentou-se tímida nas suas revelações, salientando-se o fato da equipe gestora ser nova na área e não possuir domínio da situação anterior que ocasionou o resultado precário. Vale ressaltar que a gestora compreende o Ideb como uma ferramenta de auxílio, aproximando-se das constatações acima reveladas pelos demais atores:

Nesse exato momento ele (Ideb) ta decaido...Mas eu acho que tudo que se faz requer uma resposta, né? Então eu acho assim, que ele seja uma maneira de avaliar o nosso trabalho, ele nos dá um sustentáculo para que a gente planeje melhor as ações pedagógicas. (Diretora da escola 2 – Baixo Ideb)

Podemos notar como as quatro escolas articulam-se na percepção positiva acerca das avaliações externas. Mesmo em condições precárias, como aquelas localizadas em zona rural, percebem o caráter forte da avaliação externa, mobilizando as ações da escola a favor dos resultados. Também deve ser considerado o trabalho das secretarias de educação, ao valorizar e incentivar o Ideb enquanto política de estímulo e verificação de resultados através da Prova Brasil.

No caso do SPAECE, o governo do estado não possui um índice numérico tão significativo quanto o Ideb, a nível federal, porem, na divulgação de resultados e repasse de verbas mediante classificação dos municípios, também estimula o trabalho de ênfase nos resultados e ações de desenvolvimento da aprendizagem.

Considerações Finais

A política educacional ao longo do tempo passou por diversas mudanças, adquirindo novos significados na configuração dos países e seu posicionamento no desenvolvimento das nações. Vista como a possibilidade de alavanca na educação nacional, a educação e suas políticas norteadoras passaram a possuir papel de destaque na legislação brasileira. A escola passa a ocupar lugar de destaque no cenário político em meados dos anos 90', principalmente através da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96).

A política de *accountability* também abordada no estudo começa a apresentar sinais de seu estabelecimento, embora seja prematuro reconhecê-la enquanto política norteadora de ações. Todavia, é válido ressaltar que aos poucos a realidade da responsabilização passa a tomar conta do ambiente escolar, sendo muito mais que um mero observador ou fiscalizador, mas criando a expectativa de alcance dos resultados por meio de uma nova postura da equipe gestora, professores e funcionários. A política educacional é fator determinante nas relações que ocorrem no interior da escola, a formulação, tramitação e execução das ações passam primeiramente pela esfera macro, para assim adentrar o âmbito escolar e efetivamente realizar-se.

Constatamos que a cultura avaliativa é compreendida de forma semelhante entre escolas de alto e baixo Ideb. As escolas de alto Ideb atribuem as avaliações, aqui denominadas indicadores de resultados, o caráter de responsabilização

e estímulo ao desenvolvimento do trabalho escolar, enquanto as de baixo Ideb apresentaram acanhadas declarações sobre o Ideb, restringindo-se ao fato deste ser uma ferramenta de auxílio, embora não consigam identificar a maneira pela qual esta ferramenta pode ser usada. Todavia, a responsabilização encontra-se presente em todas, sendo possível notar um maior esclarecimento das escolas de alto Ideb, enquanto as de baixo ainda confundiam-se entre as avaliações da amostra.

A atenção que os indicadores de resultados possuem nas quatro escolas e nos dois municípios é evidente, seja através das declarações oferecidas, seja pelos estímulos que as secretarias de educação emanam às escolas. A presença do governo federal e estadual através da Prova Brasil/Ideb e do Spaece, respectivamente, colabora inclusive para alguns enganos entre resultados de um e outro.

Notamos que a política gestada ainda não conseguiu penetrar de forma concreta e em seu sentido planejado no interior das escolas de baixo Ideb. Ao que parece, estas não identificam o sentido pelo qual o programa foi pensado quilômetros de distância, assim, quando chegam adquirem uma nova configuração para seu uso. Já as de alto Ideb sentem a importância dos indicadores de resultados na rotina escolar, bem como sua influência positiva no trabalho pedagógico.

As escolas observadas possuem o caráter da responsabilização educacional, porém ainda não conseguem separar a imagem do resultado alcançado ao fracasso ou sucesso, restringindo-se a somar forças para melhorar e apresentar o feito, e não compreender seus erros, verificar suas falhas e diagnosticar possibilidades. Talvez seja este o próximo passo a ser dado: ultrapassar a barreira do ranking, do valor numérico por si só e efetivamente perceber-se enquanto escola unida e engajada, a um sistema de ensino que lhe dê suporte e possibilite o alcance de resultados sólidos na aprendizagem dos estudantes.

Referências Bibliográficas

- AFONSO, Almerindo Janela. Políticas avaliativas e accountability em educação – subsídios para um debate iberoamericano. *Sísifo Revista de Ciências da Educação*. nº 9. p. 57-70. maio/ago2009.
- CASASSUS, Juan. **A escola e a desigualdade**. Tradução de Lia Zatz – Brasília: Plano Editora, 2002.
- CEARÁ, Secretaria da Educação. **PENSE: Revista do Programa de Alfabetização na Idade Certa**. Ano 3, nº 12. Maio-Junho 2012.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. (orgs.). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 7 ed. – São Paulo: Cortez, 2009.
- FREITAS, Pâmela Félix. **Escolas com alto e baixo rendimento no IDEB: estudo comparativo entre quatro escolas no interior do ceará**. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2011. 87 p. Monografia – Pedagogia, __ Fortaleza, 2011.
- GATTI, Bernardete. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. *Sísifo Revista de Ciências da Educação*, nº 9, p.7-18, maio/ago 2009. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/Revista%209%20PT%20d1.pdf>>.
- MATOS, Socorro Lopes, VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. 2. ed. rev. atual – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MCKINSEY & COMPANY. **Como um sistema escolar de baixo desempenho pode evoluir para tornar-se bom? E como de bom desempenho pode atingir o nível de excelência?** (McKinsey&Company, 2010)

SCHWARTZMAN, Simon. Políticas sociais e política da pobreza. In: **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

SILVA, Kalina Vanderli; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

VIDAL, Eloisa Maia; VIEIRA, Sofia Lerche. Gestão educacional e resultados no Ideb: um estudo de caso em 10 municípios cearenses. In: **Anais da VI Reunião da Associação Brasileira de Avaliação Educacional. 2011**

VIEIRA, Sofia Lerche; ALBUQUERQUE, Maria Gláucia Menezes. **Política e Planejamento Educacional**. 3 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino. **Política Educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Plano Editora, 2003.

VIEIRA, Sofia Lerche et al. **Projeto de Pesquisa Observatório da Educação no Maciço de Baturité (OBEM)**. Aprovado pelo CNPq Edital Universal nº 14/2011 Processo nº 474940/2011-0. 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação Básica: política e gestão da escola**. Fortaleza: Liber, 2008.